

Estudo da percepção ambiental no pelotão ambiental do estado de Sergipe

Cristiano Cunha Costa

Resumo

O Pelotão de Polícia Ambiental tem como objetivo assegurar a preservação ambiental, inibindo os crimes ambientais. O estudo da percepção sobre o meio ambiente é de crucial importância para traçar o perfil do policial militar do Pelotão Ambiental, servindo como ferramenta para o adequado desfecho das ocorrências e a realização de cursos práticos na área ambiental, favorecendo o aperfeiçoamento profissional do efetivo. Este trabalho teve como objetivo conhecer a percepção ambiental dos policiais do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do estado de Sergipe. Para isso, foi utilizado um questionário semiestruturado, abrangendo perguntas a respeito da percepção ambiental (afinidades com o meio ambiente, comportamento ambiental, conhecimento sobre meio ambiente, prioridade na soltura de animais silvestres e interesse na participação em cursos ambientais). A maioria dos policiais ambientais possui afinidade com as questões ambientais e 70% adotam ações ambientalmente corretas no local de trabalho. Há uma preocupação em participar de cursos de educação ambiental visando à qualificação profissional. Conclui-se que os policiais militares têm certa afinidade e conhecimento sobre as questões

ambientais, mas ainda há entre eles algumas dificuldades no que se refere ao atendimento de algumas ocorrências e à adoção de atitudes ecologicamente corretas no local de trabalho.

Palavras-chave: percepção ambiental, polícia ambiental, educação ambiental.

Abstract

The Environmental Police Squad aims to ensure environmental protection, inhibiting environmental crimes. The study of perception of the environment is crucially important to profile the Environmental Military Police Platoon, serving as a tool for the proper outcome of occurrences and conducting workshops in the environmental area, encouraging professional improvement of the effective. This paper aims to know the environmental perception of the officers of the Military Police Platoon Environmental of State of Sergipe. To this, we used a semi-structured questionnaire, comprehending questions about environmental perception (affinities with the environment, environmental behavior, knowledge about the environment, priority in the release of wild animals and interest in the participation of environmental courses). Most environmental police officers have affinity with environmental issues and 70% adopt environmentally friendly actions in the workplace. There is concern in participating in environmental education courses to qualify professionally. We conclude police officers have a certain affinity and knowledge about environmental issues, but among them there are still some difficulties with regard to the attendance of some events and the adoption of environmentally friendly attitudes in the workplace.

Keywords: environmental perception, environmental police, environmental education.

Introdução

A questão ambiental está se tornando cada vez mais presente na atualidade, diante da demasiada pressão humana sobre os recursos ambientais, causando enormes prejuízos estratégicos em termos de recursos naturais e biodiversidade, tendo como consequência o decréscimo da qualidade de vida das populações rurais e urbanas. Diante dessa situação, torna-se necessário o cumprimento das leis ambientais, no sentido de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para o bem-estar da população.

É nesse contexto que se insere a importância da polícia militar ambiental, com o fito de realizar o policiamento ostensivo preventivo sobre os recursos naturais por meio de ações fiscalizatórias ou atividades de educação ambiental, ou repressivo ambiental, com elaboração de Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) ou Relatórios de Ocorrências Ambientais (ROA), pautados nas leis ambientais.

O Pelotão de Polícia Ambiental (PPAmb) foi criado no ano de 1996, tendo como objetivo assegurar a preservação ambiental, inibindo os crimes ambientais. Além disso, estimula a sensibilização da população sergipana por meio de ações de educação ambiental de caráter formal e informal. É um Pelotão da Polícia Militar do Estado de Sergipe, especializado na temática ambiental.

O estudo do nível de compreensão e conhecimento dos policiais militares ambientais sobre o meio ambiente é de crucial importância para traçar o perfil do policial militar do Pelotão Ambiental, servindo como ferramenta para o adequado desfecho das ocorrências e a realização de cursos práticos na área ambiental, favorecendo o aperfeiçoamento profissional do efetivo.

Este trabalho teve como objetivo estudar a percepção ambiental dos policiais do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe.

Referencial teórico

Diante do intenso uso irracional dos recursos naturais brasileiros, desde a época do descobrimento, a ausência do conhecimento da finitude do meio ambiente justificou os processos evolutivos da atividade policial militar, e, por conseguinte, da atividade policial militar ambiental, a qual atua pautada em uma legislação vigente que coíbe a degradação, o dano ou o crime ambiental. Tal legislação regulamenta a utilização dos bens naturais.

É nesse contexto que se insere a importância do policiamento militar ambiental, com o fito de realizar o policiamento ostensivo repressivo ambiental com elaboração de Relatórios de Ocorrências Ambientais (ROA), pautados nas leis ambientais, e o policiamento preventivo por meio de atividades de educação ambiental.

A International Union for the Conservation of Nature (IUCN), na década de 70, definiu a educação ambiental como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e à apreciação das interações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico (DIAS, 2003).

Para Oliveira (2000), na medida em que o homem é parte integrante da natureza e enquanto detentor de conhecimentos e valores socialmente produzidos, ele age permanentemente sobre sua base natural de sustentação, alterando suas propriedades e, em decorrência deste processo interativo, a sociedade também sofre modificações em sua dinâmica.

Trata-se de uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, como ele se autodefine e percebe o ambiente em que está localizado, aprendendo a protegê-lo e dele cuidar da melhor forma, sendo definida por Faggionato (2005) como percepção ambiental.

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio ambiente. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Assim, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (FAGGIONATO, 2005).

Para Higuchi & Azevedo (2004), as capacidades e experiências pessoais são formas de pensar que nos fazem distintos uns dos outros, de modo que, diante de uma mesma situação, cada pessoa tem uma experiência única de percepção que contribui para formar suas representações, ideias e concepções sobre o mundo.

Fiori (2002) considera que o estudo da percepção da paisagem pode contribuir, portanto, para uma utilização mais racional dos recursos ambientais, o que possibilita uma relação harmônica dos conhecimentos locais, do interior (ponto de vista de um indivíduo, uma coletividade ou mesmo uma população no seu conjunto) com os conhecimentos do exterior (abordagem científica tradicional), enquanto instrumento educativo e agente de transformação, internalizando a mudança de comportamentos e atitudes.

Segundo Oliveira (2000), essa mudança deve ser encarada como um processo voltado para a apreciação da questão ambiental sob a perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, ecológica e cultural, enfim, como educação política, na medida em que são decisões políticas todas as que, independente do nível, dão lugar às ações que afetam o meio ambiente.

A percepção e a interpretação dos níveis e dimensões das realidades ambientais, das singularidades e importância do patrimônio paisagístico, das atitudes e condutas humanas e dos valores ambientais devem contribuir, essencialmente, para a compreensão das transformações visíveis e não visíveis (tangíveis ou não) da paisagem,

percebida e interpretada como patrimônio de um povo, de um país, legado às futuras gerações, consideradas as várias instâncias e conjunturas, pois um horizonte de possibilidades individuais e coletivas é desvendado numa expressão de valores locais, regionais e universais (GUIMARÃES, 2007).

Elucidar como a utilização do conceito de percepção ambiental tem se inserido nesses debates é uma tarefa importante para a democratização da ciência e dos saberes, e para uma reflexão sobre instrumentos que dispomos e o quanto estes são adequados para garantir a escuta às comunidades, na administração de áreas protegidas, visando garantir maior qualidade ambiental para todos.

A questão ambiental é, então, apontada como elemento comum a ser contemplado por diferentes correntes filosóficas e seus respectivos métodos, presentes no processo de conhecimento dos problemas socioambientais atuais. Os métodos de interpretação da realidade surgem, nesse contexto, como a via de relacionamento entre essas formas de saber (GUARIM, 2002).

Metodologia

Caracterização da área de estudo

O Pelotão de Polícia Ambiental (PPAmb) foi criado em 1996 com o objetivo de preservar o meio ambiente no estado de Sergipe, apoiando e auxiliando outros órgãos ambientais como o IBAMA (Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ADEMA (Administração do Meio Ambiente) e OnGs.

O Pelotão atua na fiscalização das áreas preservadas, coibindo as ações delituosas e depredadoras do meio ambiente, tais como desmatamento de mangues, caça e pesca ilegais, poluição ambiental, entre outras.

Tal responsabilidade é dada pela Constituição Federal ao declarar que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora (BRASIL, 1988).

Além disso, o Pelotão de Polícia Ambiental se efetiva também como um veículo sensibilizador da população sobre a necessidade de preservação dos ecossistemas do nosso estado para a melhoria da qualidade de vida.

Coleta e análise das informações

Escolheu-se o PPAmb como o foco da pesquisa pelo fato de ser um pelotão da Polícia Militar do Estado de Sergipe, especializado no policiamento ostensivo repressivo e preventivo no que se refere às questões ambientais.

Para a coleta das informações sobre a percepção dos policiais militares ambientais foi utilizado um questionário semiestruturado que abrangeu perguntas a respeito da percepção ambiental (afinidades com o meio ambiente, comportamento ambiental, conhecimento sobre o meio ambiente, prioridade na soltura de animais silvestres e interesse na participação em cursos ambientais).

As entrevistas foram realizadas no mês de janeiro de 2012, sendo possível aplicar 28 questionários com os policiais que estão empregados no serviço ordinário, uma vez que esses militares atuam no policiamento ostensivo.

As respostas dos questionários foram tabuladas em planilha Excel. Em seguida, as respostas semelhantes foram agrupadas em categorias. Foi utilizado o programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) para o Windows 1.0, possibilitando uma análise quantitativa e qualitativa dos dados e, conseqüentemente, o estudo

da percepção do policial ambiental da Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE).

Resultados e discussão

A partir dos dados obtidos, foi possível analisar a percepção dos policiais do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe com relação ao comportamento dos mesmos. Foram consideradas as seguintes categorias de análise: afinidade com as questões ambientais, adoção de medidas ambientalmente corretas, conhecimentos sobre meio ambiente, urgência em destinar animais silvestres capturados em ocorrências e participação em cursos de educação ambiental.

Com relação à afinidade com as questões ambientais, 90% dos entrevistados afirmaram ter simpatia pela temática ambiental. Apenas 10% dos policiais militares não possuem afinidade com as questões ambientais (figura 1).

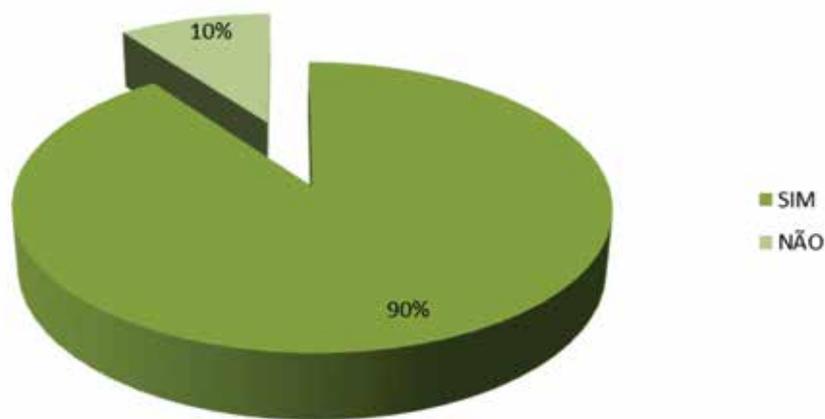


Figura 1. Afinidade dos policiais ambientais com as questões ambientais. Aracaju, SE, 2012.

A afinidade com as questões ambientais desperta no indivíduo um senso de autodisciplina no que se refere ao meio ambiente, observada através do comportamento, hábitos e atitudes de proteção e uso racional dos recursos naturais, melhorando a relação do homem com a natureza.

Quando perguntados sobre a adoção de medidas ambientalmente corretas no local de trabalho, a maioria dos policiais militares afirmou que realizam ações corretas para amenizar os impactos no meio ambiente. Segundo eles, adotam ações como: economia de água e energia elétrica, reutilização consciente de material de expediente, adoção de copo descartável, destinação correta do lixo, dentre outras.

O Pelotão de Polícia Ambiental não está preparado para estimular comportamentos ambientalmente corretos aos seus integrantes, uma vez que não há uma política de consumo consciente dos recursos naturais como um todo.

O uso de copo descartável é uma prática extremamente comum dentro do PPAMB. Esse tipo de copo é utilizado por vários policiais militares que estão no serviço ordinário, como também por pessoas que atuam na parte administrativa da unidade. É interessante atentar para o impacto que esse tipo de material causa ao meio ambiente, pois o tempo de degradação no meio natural é de 200 a 450 anos, comprometendo a qualidade de vida das futuras gerações (GRIPPI, 2001).

A questão da destinação correta do lixo produzido pelo pelotão de Polícia Ambiental é outro fator de preocupação. Não há coleta seletiva do lixo, ou seja, tudo que é descartado como lixo no PPAMB é misturado e coletado pela empresa TORRE, não havendo a preocupação em separar o material e dar o destino correto, o que resulta em impactos ambientais negativos.

Para Bley Júnior (2001), no Brasil, são produzidas aproximadamente 47.450 mil toneladas de lixo por ano. Entre os muitos problemas associados com esse enorme volume de resíduos sólidos está a sua destinação final. Apenas 1% do lixo passa por algum tipo de tratamento (coleta seletiva, reciclagem e/ou incineração) e o restante é disposto em aterros controlados ou sanitários.

Além disso, é comum observar o uso indiscriminado de energia elétrica e água em ambientes sem a devida necessidade, como, por

exemplo, quando lâmpadas e condicionadores de ar permanecem ligados sem a presença humana no recinto, ou quando ocorre o desperdício de água durante a higienização pessoal (banho ou uso da pia), ou, ainda, na limpeza nas dependências do Pelotão Ambiental. Dessa forma, há um impacto ambiental com relação ao uso do recurso hídrico, uma vez que se trata de um recurso natural não renovável, sendo necessária a adoção de comportamentos que venham a eliminar o desperdício.

Por outro lado, apenas 10% dizem não adotar medidas ambientalmente corretas no local de trabalho, devido à falta de incentivo do Estado, representado pelo PPAMB, no que se refere à predisposição logística e estrutural. Dessa maneira, a ausência de atitudes adequadas ao meio ambiente implica em uma série de impactos ambientais.

Na verdade, a infraestrutura deve ser baseada em princípios da gestão ambiental, reduzindo o consumo de energia, o controle da emissão de resíduos e viabilizando a adoção de fontes alternativas de energia como, por exemplo, a energia eólica e a energia solar, dentre outras (COSTA, 2008).

Dos policiais militares entrevistados, 55% relataram haver uma preocupação de sua parte na destinação de animais silvestres capturados em ocorrências. Por outro lado, 45% declararam não ter essa preocupação (figura 2).

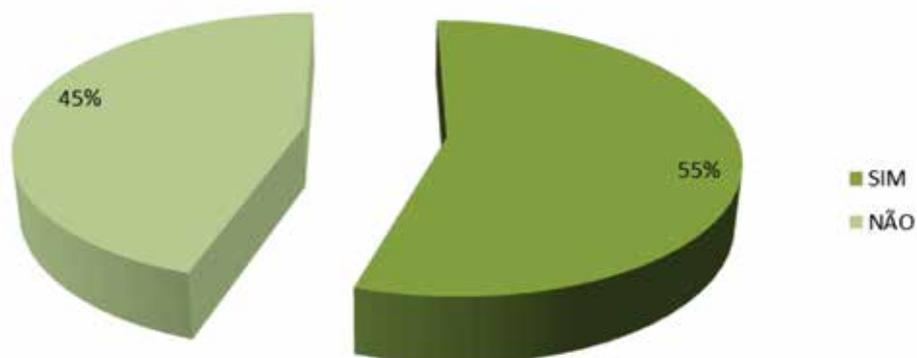


Figura 2. Preocupação em destinar animais silvestres capturados em ocorrências ambientais. Aracaju, SE, 2012.

Dentre os principais destinos dos animais apreendidos, destaca-se a soltura, pois, no entendimento dos policiais militares ambientais, esta seria a melhor medida, uma vez que o estado de Sergipe não possui um Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) com capacidade de receber os animais apreendidos, para que possa ser oferecida a assistência necessária e realizada a destinação adequada.

Embora a soltura seja prevista pela Lei de Crimes Ambientais e pelo Decreto 3179/99, ela não está sendo realizada com a adoção de critérios técnicos, científicos e ecológicos. Tal soltura deve ser realizada de acordo com programas específicos de manejo de fauna silvestre, não implicando em riscos ao equilíbrio ecológico dos ecossistemas.

Quanto à participação em cursos de educação ambiental, 60% dos policiais que estão no serviço ordinário no Pelotão Ambiental afirmaram já ter participado (figura 3); 40% ainda não participaram, atribuindo isso à falta de oportunidade ou de uma política de qualificação.

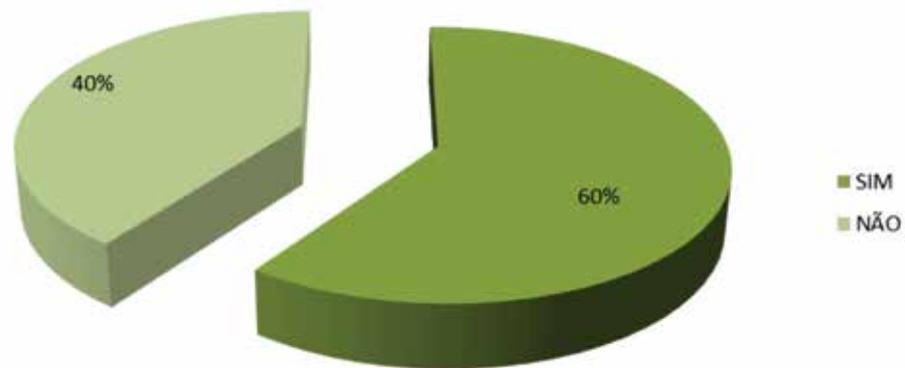


Figura 3. Participação dos policiais militares do Pelotão Ambiental em cursos de educação ambiental. Aracaju, SE, 2012.

A educação ambiental deve prover meios de percepção e compreensão dos vários fatores que interagem no tempo e no espaço para modelar o meio ambiente. Tais conhecimentos, sempre que possível, deverão ser adquiridos por meio da observação, estudo e experimentação dos fenômenos ambientais (DIAS, 2003).

É interessante destacar que a formação e a capacitação na área ambiental devem ser estimuladas como ferramenta dirigida aos policiais militares ambientais no processo pedagógico de transmissão do conhecimento, permitindo que mudanças de costumes, hábitos e comportamentos sejam aplicadas dentro do próprio Pelotão Ambiental e também no cotidiano dos policiais.

Dentre os policiais militares que participaram de cursos de educação ambiental, 50% o fizeram há três anos e 41,66%, há um ano. Isso demonstra a constante qualificação dos policiais quanto à preparação profissional (figura 4).

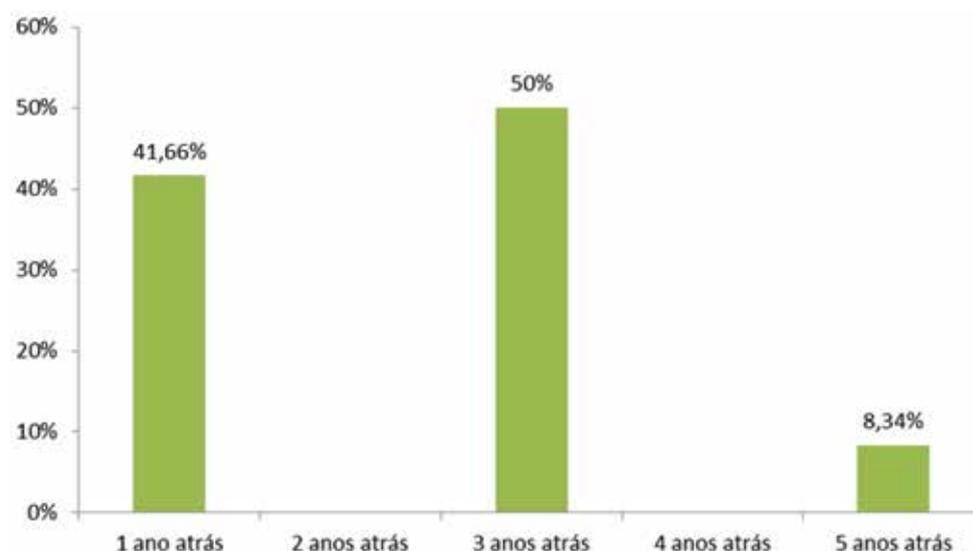


Figura 4. Tempo de participação em curso de educação ambiental dos policiais ambientais. Aracaju, SE, 2012.

No entendimento de Margarido (2007), a Polícia Militar Ambiental poderia se especializar no domínio da promoção de educação ambiental e transformar a imagem do policial militar ambiental, atuando de forma preventiva, deixando claro qual seu papel junto à comunidade, agindo em parceria na busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Através de ações de educação ambiental, de caráter formal ou informal, junto à comunidade é possível promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar às pessoas a

possibilidade de adquirir conhecimentos, valores, interesses ativos e atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental e induzir os indivíduos a novas formas de conduta nos grupos sociais e na sociedade como um todo, tornando-a apta a agir em busca de alternativas para a solução dos problemas ambientais como forma de elevar a qualidade de vida (DIAS, 2003).

Conclusões

A resolução dos problemas ambientais requer um enfoque sistêmico e interdisciplinar que envolva a interação dos fatores sociais, econômicos, políticos, pedagógicos, ecológicos e culturais com as questões ambientais, permitindo a adoção de estratégias complexas.

Percebeu-se que, embora os policiais militares tenham certa afinidade e conhecimento sobre as questões ambientais, ainda há entre eles algumas dificuldades no que se refere ao atendimento de algumas ocorrências e à adoção de atitudes ecologicamente corretas no local de trabalho, sendo necessárias algumas alterações dentro do Pelotão de Polícia Militar Ambiental do Estado de Sergipe.

Além disso, é crucial a adoção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) dentro do Pelotão Ambiental, que permita controlar os impactos ambientais de suas atividades e serviços, por meio da implementação de uma política ambiental, especificando competências, comportamentos, procedimentos e exigências.

Referências bibliográficas

BLEY JÚNIOR, C. **Lixo no Brasil e no Mundo**. Seminário Nacional de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana, São Paulo, set. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

COSTA, C. C. Percepção ambiental dos visitantes do Parque Nacional Ser-

ra de Itabaiana – SE. **Monografia**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008. 77p.

DIAS, G.F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2003. 551p.

FAGGIONATO, Sandra. Texto situado no site: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html, 2005. Acesso em: 25.mar. 2007.

FIORI, A. de. Ambiente e educação: abordagens metodológicas da percepção ambiental voltadas a uma unidade de conservação. **Dissertação de Mestrado**. Universidade federal de São Carlos, 2002. 96p.

GRIPPI, S. **Lixo, reciclagem e sua história**: guia para as prefeituras brasileiras. Rio de Janeiro: Interciência, 2001. 134 p.

GUARIM, V. L. M. dos S. **Barranco Alto**: uma experiência em educação ambiental. Cuiabá, UFMT, 2002. 134p.

GUIMARÃES, S.T. de L. **Percepção, interpretação e valoração ambiental**. Departamento de geografia IGCE-UNESP, Rio Claro, 2007. (Notas de Aula – Disciplina Percepção e Interpretação Ambiental da Prof^a. Solange Guimarães proferida no curso do CRHEA – Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada).

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G.C. de. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, nº. 0, 2004, p. 63-70.

MARGARIDO, F. P. Educação ambiental e polícia militar: um estudo de caso no Distrito Federal. **Dissertação de Mestrado**. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2007. 228p.

OLIVEIRA, E. M. de. **Educação ambiental**: uma possível abordagem. Brasília: IBAMA, 2000. 150p.

Sobre o autor

Cristiano Cunha Costa: Especialista em Educação Ambiental e Recursos Hídricos. Coordenador de Flora do Núcleo de Educação Ambiental. E-mail: cristianocunha1982@hotmail.com